

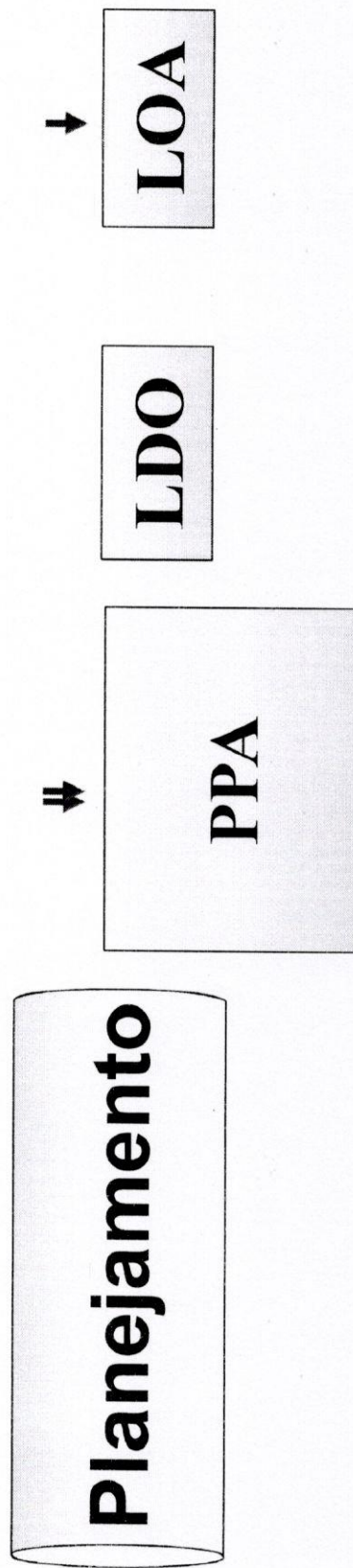
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ


DOS AUSENTES

Audiência Pública – ELABORAÇÃO DISCUSSÃO DA PROPOSTA DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO 2019

...Uma questão de Transparência e Responsabilidade Fiscal

**É UM INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO QUE TEM COM
OBJETIVO ESTABELECEER AS DIRETRIZES, PRIORIDADES
E METAS DA ADMINISTRAÇÃO, ORIENTANDO A PROPOSTA
ORÇAMENTÁRIA**





A AUDÊNCIA DE HOJE CUMPRE COM A
LEGISLAÇÃO VIGENTE E TEM A
FINALIDADE DE EXPOR A POPULAÇÃO OS
PROJETOS E AÇÕES PREVISTOS PARA O
EXERCÍCIO DE 2019, DE FORMA A
DEMONSTRAR Á TRANSPARÊNCIA DA
ADMINISTRAÇÃO À COMUNIDADE. LDO

A Lei de Diretrizes para a Elaboração e Execução da Lei Orçamentária do Município de São José dos Ausentes para o exercício de 2019, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2.º, da Constituição Federal, e no art. 39, § 1º inc I, da Lei Orgânica do Município.

A LDO está integrada a um processo que começa com o Plano Plurianual (PPA) e segue com a Lei Orçamentária Anual (LOA), de acordo com os requisitos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Neste contexto a atual estrutura da LDO permite a sua utilização como instrumento de gestão de finanças públicas, sendo um veículo de informação sobre a origem de receitas e destinação de recursos públicos.

Lei que tem a finalidade precípua de orientar a elaboração dos orçamentos fiscais e da seguridade social e de investimento. Busca sintonizar a LOA – Lei Orçamentária Anual – com as diretrizes, objetivos e metas da administração pública. É um instrumento de Planejamento, orienta a elaboração da proposta orçamentária. Importante registrar que a LDO não nos fixa valores orçamentários, apenas metas, deixando esta incumbência para a Lei Orçamentária Anual (LOA).

A Proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para a elaboração do orçamento do ano de 2019 que ora apresentamos, está adequada aos termos de toda a Legislação vigente, em especial, a Constituição Federal e com a Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000 (LC 101/2000). Esta estruturada conforme o novo regramento estabelecido pela LC 101/2000.